



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO 4 - (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>300.638.759,63</b>	<b>362.423.645,32</b>
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	300.638.759,63	362.423.645,32
<b>Interna</b>	<b>268.415.204,40</b>	<b>282.963.825,66</b>
Abertura de Crédito	-	-
CEF - Habitação	7.482.642,92	11.526.449,81
CEF - CPAC	-	311.196,33
CEF - PAC II	5.523.164,13	5.523.164,13
CEF - Saneamento	5.059.997,55	5.822.054,93
CEF - Pró-Transporte	4.800.222,16	6.231.782,82
B.BRASIL - PROESTADO I	156.000.000,00	156.000.000,00
B.BRASIL - PROESTADO II	89.549.177,64	89.549.177,64
BNDES - PROINVEST	-	8.000.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivação de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação da Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações da Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívida (LRF, art.29 § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
<b>Externa</b>	<b>32.223.555,23</b>	<b>79.459.819,66</b>
Proj.de Desenvolvimento Integrado Sustentável no Tocantins - PDRIS	18.764.129,44	55.605.393,87
BIRD	18.764.129,44	55.605.393,87
Proj.de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Tocantins - PRODOESTE	13.459.425,79	23.854.425,79
BID	13.459.425,79	23.854.425,79
Proj.de Infra Estrutura das Rodovias do Tocantins - PIER	-	-
BBVA	-	-
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>2.497.192,64</b>	<b>4.290.669,69</b>
Parcelamento de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	2.497.192,64	4.290.669,69
Programa de Modernização Fiscal/PROFISCO - BID	2.497.192,64	4.290.669,69
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Amparadas pelo art.9-N da Resolução nº 2827/01, do CMN	-	-
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTOS DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	6.304.771.944,72	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)</b>	<b>362.423.645,32</b>	<b>5,75</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS</b>	<b>1.008.763.511,16</b>	<b>16%</b>
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	907.887.160,04	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	441.334.036,13	7%
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>366.714.315,01</b>	<b>5,82</b>

FONTE: SIAFEM - 26/01/2015

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

LUIZ ANTONIO DA ROCHA  
Secretário-Chefe da Controladoria Geral do Estado

PAULO AFONSO TEIXEIRA  
Secretário da Fazenda

MAURICIO PARIZOTTO LOURENÇO  
Superintendente de Controle e Contabilidade Geral  
Contador CRC-TO 001582/O

ANA LÚCIA ALVES FERREIRA  
Diretora de Responsabilidade Fiscal  
Contadora CRC-TO 001934/O